



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141477 - PR (2021/0013480-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : DOUGLAS WILLIAN GOMES DOS SANTOS
ADVOGADO : ALINE KEROLIN APARECIDA RIBEIRO DE OLIVEIRA CAPOCCI -
PR080134
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por DOUGLAS WILLIAN GOMES DOS SANTOS contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 0065478-52.2020.8.19.0000).

O recorrente foi condenado às penas de 4 anos e 2 meses de reclusão, no regime inicialmente fechado, e de 417 dias-multa, pela prática do delito do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006. Na sentença, o Juiz de primeiro grau manteve a prisão preventiva do réu.

Nesta via, a defesa sustenta a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta ao recorrente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega, ainda, que o regime prisional mais gravoso foi estabelecido sem amparo em fundamentação idônea e que deveria ter sido realizada a detração do período de segregação cautelar.

Requer, liminarmente e no mérito, o estabelecimento de regime menos gravoso e a revogação da segregação cautelar do recorrente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Com relação aos requisitos da prisão preventiva, em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, especialmente porque no *decisum* impugnado o relator consignou que (fl. 82):

Constata-se que ao negar ao sentenciado o direito de recorrer em liberdade, a MM. Juíza concluiu pela manutenção da custódia preventiva ao entendimento de que ainda presentes os pressupostos autorizadores da medida extrema, os quais foram delineados na decisão que decretou a preventiva e já analisado por esta Corte em anterior impetração, cuja ementa restou assim consignada:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE
DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA.
DECISÃO JUDICIAL FUNDAMENTADA
QUE AUTORIZA A MANUTENÇÃO DO
PACIENTE NO CÁRCERE. MOTIVAÇÃO
IDÔNEA E ESCORREITA PAUTADA EM
ELEMENTOS INDICIÁRIOS

SÓLIDOS.EXPRESSIVA APREENSÃO
DE MACONHA NO INTERIOR DE
VEÍCULO QUE ERASUPOSTAMENTE
ESCOLTADO PELOS AGENTES.
CONSTRANGIMENTO
ILEGALINEXISTENTE. ORDEM
CONHECIDA E DENEGADA.

Logo, não se constata nenhum constrangimento ilegal em face do Paciente, haja vista que autorizado ao Magistrado sentenciante remeter-se aos fundamentos do decreto preventivo para fins de denegar o direito de recorrer em liberdade.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

No que diz respeito aos pleitos de abrandamento do regime prisional e de detração do período de segregação cautelar, cumpre registrar que, do exame do acórdão combatido, observa-se que a questão não foi objeto de análise pela Corte de origem, o que impede a sua apreciação diretamente por este Superior Tribunal, sob pena de atuar em indevida supressão de instância.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência